

## TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇO SEI Nº 0022852232/2024 - SAP.UCP

### 1- DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO

#### 1.1 Objeto da contratação:

Contratação de Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade de Concessão Administrativa, de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) para prestação dos serviços de iluminação pública do Município de Joinville.

#### 1.2 Descrição dos Serviços:

Prestação dos serviços de iluminação pública, incluindo a implantação, a instalação, a recuperação, a modernização, o melhoramento, a eficientização, a expansão, a operação e a manutenção da rede municipal de iluminação pública, sem prejuízo, na forma do Contrato, da realização de outros investimentos e serviços obrigatórios, ou do desempenho, pela Contratada/Concessionária, de atividades acessórias ou complementares e da implantação de projetos associados.

A descrição dos serviços, especificando demandas de atuação, escopo de atividades, requisitos mínimos, prazos associados, entre outros elementos para a execução dos contrato ao longo de todo o prazo da Concessão estão disposto no Anexo 5 do Contrato - Caderno de Encargos da Concessionária (SEI 0022859411).

Item	Quantidade	Unidade	Denominação
1	01	Serviço	Concessão Administrativa para prestação dos serviços de iluminação pública

1.2.1 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação foi elaborada e fundamentada com base no Estudo Técnico Preliminar - ETP, constante neste Processo SEI 23.0.195295-3, que compõe o bojo dos documentos do presente processo de Requisição de Compras.

### 3-DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução, como um todo, se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - ETP, constante neste Processo SEI 23.0.195295-3, e consiste em contratação de Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade de Concessão Administrativa, de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) para prestação dos serviços de iluminação pública do Município de Joinville.

## **4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1 Documentação compulsória para contratação:**

Nos termos do item 17, do Edital de Concorrência, a assinatura do contrato ficará condicionada à apresentação, pela adjudicatária, dos seguintes documentos ao Contratante/Poder Concedente:

- (i) Prova de constituição da SPE, com a correspondente certidão do registro empresarial competente, bem como o respectivo comprovante de inscrição perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- (ii) Descrição da estrutura acionária e de gestão considerada para a SPE, nos mesmos termos, em caso de consórcio, das informações prestadas pela adjudicatária nos documentos de qualificação, e, contendo:
  - (a) descrição dos tipos de ações;
  - (b) acionistas e suas respectivas participações por tipo de ação;
  - (c) indicação da composição societária da Contratada/Concessionária;
  - (d) acordos de acionista da SPE, quando aplicável; (e) identificação dos principais administradores; e
  - (f) descritivo dos princípios de governança corporativa adotados na gestão da SPE;
- (iii) Comprovação de subscrição e integralização do capital social da SPE, em moeda corrente nacional, mediante apresentação de ata registrada na Junta Comercial da sede da SPE, que demonstre a integralização do referido depósito realizado;
- (iv) Constituição da garantia de execução do Contrato;
- (v) Pagamento ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, por meio de boleto bancário, dos valores relativos à realização de estudos relacionados ao objeto da concessão, nos termos do contrato celebrado entre o BNDES e o município; e
- (vi) Comprovação do pagamento à B3, pela assessoria no procedimento licitatório.

### **4.2 Sustentabilidade:**

Como critério e prática de sustentabilidade elencamos o disposto no Anexo 7 do Contrato - Diretrizes Ambientais Mínimas (SEI 0017891810).

### **4.3 Subcontratação:**

Nos termos da Cláusula 22 do Contrato de Concessão, para a execução dos serviços, a Contratada/Concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços, bem como a implementação de atividades relacionadas.

O conhecimento do Contratante/Poder Concedente acerca de eventuais contratos firmados com terceiros não exime a Contratada/Concessionária do cumprimento, total ou parcial, de suas obrigações decorrentes do contrato.

Contratada/Concessionária terá responsabilidade objetiva pelos danos que seus empregados ou terceiros contratados, nessa qualidade, causarem aos usuários, ao Contratante/Poder Concedente e a terceiros.

Os empregados e terceiros contratados pela Contratada/Concessionária deverão ter capacidade técnica compatível com as melhores práticas para o desempenho de suas atividades.

A Contratada/Concessionária assume total e exclusiva responsabilidade de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária ou qualquer outra relativa aos seus subcontratados, empregados e terceirizados.

A Contratada/Concessionária deverá indenizar e manter o Contratante/Poder Concedente indene em relação a qualquer demanda ou prejuízo que este venha a sofrer em virtude de atos praticados pela Contratada/Concessionária, seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviços, terceiros com quem tenha contratado ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada.

#### **4.4 Garantia da contratação:**

Quando da assinatura do Contrato de Concessão, conforme item 17 do Edital de Concorrência, a Contratada/Concessionária deverá constituir a garantia de execução, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações do contrato, em favor do Contratante/Poder Concedente, nos montantes e nos termos definidos no Contrato.

Além disso, a Contratada/Concessionária deverá contratar e manter em vigor apólices de seguros de riscos nomeados, de riscos de engenharia e de responsabilidade civil, durante todo o prazo da concessão, a fim de que sejam suficientes para garantir a continuidade dos serviços.

#### **4.5 Visita Técnica:**

Por se tratar de uma PPP, a visita técnica não é obrigatória.

#### **4.6 Padrões mínimos de qualidade/desempenho:**

As especificações para os serviços previstas no Anexo 5 do Contrato - Caderno de Encargos da Concessionária (SEI 0022859411), sem prejuízo quanto à observância das demais diretrizes contratuais.

### **5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1 Condições de execução:**

As especificações para a prestação dos serviços estão dispostas no Anexo 5 do Contrato - Caderno de Encargos da Concessionária (SEI 0022859411), sem prejuízo quanto à observância das demais diretrizes contratuais.

##### **5.1.1 Equipe Mínima:**

A Contratada/Concessionária será a responsável pelo estabelecimento de equipes suficientes para execução dos serviços operacionais demandados para a rede municipal de iluminação pública, bem como por dimensionar o quadro de profissionais necessário para atender aos requisitos de qualidade e prazos exigidos, que deverão possuir as qualificações, capacitações e habilitações técnicas necessárias para a prática de suas atividades profissionais.

##### **5.1.2 Frequência e Periodicidade da execução dos serviços:**

Toda concessão pressupõe a prestação do serviço adequado ao pleno atendimento do usuário, o qual deverá satisfazer as condições de regularidade e continuidade. Portanto, os serviços de iluminação pública serão prestados conforme previsto em contrato, iniciando-se a partir da Data de Eficácia, prevista na Cláusula 12 do Contrato de Concessão.

##### **5.1.3 Cronograma de execução dos serviços:**

Nos termos das Cláusulas 12, 13, 14, 15 e 16, o Contrato de Concessão se encontra dividido nas seguintes fases:

- Fase Preliminar: a partir da data de publicação do extrato do Contrato no diário oficial e em até 120

(cento e vinte) dias, as Partes darão início às providências prévias listadas em Contrato e aos procedimentos necessários à assunção dos serviços que ocorrerá a partir da Data de Eficácia;

- Fase I – Assunção dos Serviços: Na Data de Eficácia e em até 60 (sessenta) dias, a Contratada/Concessionária assumirá a prestação dos serviços na rede municipal de iluminação pública inicial, conforme previsto em seu Plano de Operação e Manutenção e em observância às obrigações e especificações deste Contrato e dos Anexos;
- Fase II - Modernização: Após o cumprimento das atividades previstas para a Fase I e cumprido o requisito para início da Fase II, a Contratada/Concessionária dará início à execução dos serviços de modernização e eficientização, de implantação do sistema de telegestão, da iluminação de destaque e da iluminação especial, previstos no Anexo 5, no Anexo 6 e no Plano de Modernização, com duração de até 450 (quatrocentos e cinquenta) dias;
- Fase III – Pós Modernização: A Contratada/Concessionária deverá manter os procedimentos operacionais e de manutenção da rede municipal de iluminação pública por todo o prazo da concessão, realizando, sempre que necessário, as atualizações do Plano de Operação e Manutenção que se fizerem necessárias em virtude de alterações supervenientes nas condições da rede municipal de iluminação pública, sempre de acordo com as disposições deste contrato e dos anexos.

A presente contratação será um serviço contínuo, cujo prazo de execução contratual será de 22 anos.

O prazo de vigência contratual será de 268 meses, considerando que o prazo da concessão é de 22 anos a partir da data de eficácia, que totalizam 22 anos e 04 meses após a assinatura do contrato.

## **5.2 Local de execução dos serviços:**

Os serviços serão prestados em todo o território do Município de Joinville, englobando todos os pontos de iluminação pública e toda a infraestrutura da rede municipal de iluminação pública contida dentro desse limite territorial.

## **6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1** A gestão do contrato será realizada pela Secretaria de Infraestrutura Urbana, com o apoio da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, nos termos do artigo 156, da Instrução Normativa nº 04/2022.

**6.2** A execução dos serviços será feita pela Contratada/Concessionária que terá sua remuneração atrelada ao cumprimento dos marcos da concessão e dos parâmetros de desempenho do sistema de mensuração de desempenho.

**6.3** O pagamento será realizado a partir da entrega pela Contratada/Concessionária ao Contratante/Poder Concedente e ao Verificador Independente (caso contratado pela Contratante/Poder Concedente) do relatório trimestral de indicadores, contendo a apuração do índice de desempenho geral relativo ao referido trimestre, e, se for o caso, a comprovação do cumprimento de marco da concessão no trimestre em referência.

**6.4** Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada verificar o cumprimento pela contratada de todas as condições contratuais.

**6.5** Define-se como forma de comunicação com a contratada a formal, nos termos do Art. 49, inc. VII, "b" da Instrução Normativa nº 04/2022 da Secretaria de Administração e Planejamento, aprovada pelo Decreto n.º 51.742/2022

## **6.6 Gestor do Contrato:**

A gestão do contrato será realizada pela Secretaria de Infraestrutura Urbana, sendo a mesma responsável pela fiscalização do contrato.

## **6.7 Obrigações da Contratada específicas do objeto:**

Previsto na Cláusula 20 do Contrato de Concessão, são obrigações da Contratada/Concessionária:

6.7.1 Responder pela adequação e qualidade dos investimentos realizados, assim como pelo cumprimento das obrigações contratuais, regulamentares e legais relacionadas aos cronogramas, projetos e instalações;

6.7.2 Responder perante o Contratante/Poder Concedente e terceiros, nos termos admitidos na legislação aplicável, inclusive pelos serviços subcontratados;

6.7.3 Responder pela posse, guarda, manutenção e vigilância de todos os bens vinculados, de acordo com o previsto no Contrato e na regulamentação vigente;

6.7.4 Ressarcir o Contratante/Poder Concedente de todos os desembolsos decorrentes de determinações judiciais para satisfação de obrigações originalmente imputáveis à Contratada/Concessionária, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à Contratada/Concessionária;

6.7.5 Informar o Contratante/Poder Concedente, imediatamente, quando citada ou intimada de qualquer ação judicial, arbitral ou procedimento administrativo, que possa resultar em responsabilização do Contratante/Poder Concedente, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como envia-los os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo;

6.7.6 Acompanhar e assessorar o Contratante/Poder Concedente em reuniões com terceiros para tratar de assuntos que envolvam a rede municipal de iluminação pública, em temas aderentes ao objeto da Concessão, quando solicitado;

6.7.7 Estampar a logomarca padrão do Contratante/Poder Concedente, em proporção equivalente à logomarca da Contratada/Concessionária, bem como conter referência à “Gestão por meio de Parceria Público-Privada” em todos os veículos, uniformes dos empregados da Contratada/Concessionária, crachás de identificação, sítios eletrônicos e demais elementos da Concessão pertinentes, seguindo as regras de aplicação da logomarca da Prefeitura do Município e submetendo o material em que as logomarcas sejam aplicadas à aprovação da assessoria de comunicação do Contratante/Poder Concedente antes de sua produção;

6.7.8 Desenvolver, com vistas à execução dos serviços, práticas e modelos de gestão conforme as normas e padrões previstos no Contrato e nos Anexos;

6.7.9 Identificar as interferências nos pontos de iluminação pública em razão da presença de arborização no município e notificar às autoridades competentes acerca das podas necessárias ao atendimento dos parâmetros de desempenho previstos no Contrato e nos anexos;

6.7.10 Disponibilizar mão de obra em quantidade necessária e condizente com a adequada prestação dos serviços, regularmente treinada e capacitada para exercer as atividades de sua responsabilidade, inclusive com relação aos POPs de cada uma das categorias de serviços previstas no Anexo 5 do Contrato;

6.7.11 Manter seu pessoal (empregados e terceiros contratados) devidamente identificado por meio de uniformes e crachás com fotografia recente;

6.7.12 Observar, nas contratações de pessoal, a legislação trabalhista vigente, notadamente as leis específicas de encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, bem como os acordos, convenções e dissídios coletivos de cada categoria profissional;

6.7.13 Cumprir rigorosamente as normas de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, de acordo com a legislação vigente, e visando a prevenção de acidentes no trabalho;

6.7.14 Fornecer, orientar, treinar e exigir o uso pelo seu pessoal dos Equipamentos de Proteção

Individual e Coletivo - EPIs e EPCs necessários para o desempenho de suas atividades, bem como apresentar ao Contratante/Poder Concedente, sempre que solicitado, os comprovantes de entrega desses equipamentos ao seu pessoal;

6.7.15 Assegurar o livre acesso ao Contratante/Poder Concedente ou a pessoa por ele autorizada, a qualquer dia e hora, às dependências usadas pela Contratada/Concessionária, para fiscalização do integral cumprimento das normas referentes à segurança do trabalho;

6.7.16 Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso;

6.7.17 Providenciar todo o material de consumo e peças de reposição necessários à execução dos serviços;

6.7.18 Garantir a disponibilidade em condições de uso, desempenho e com características funcionais de todos os equipamentos e sistemas dos pontos de iluminação pública, durante todo o prazo da concessão, promovendo as substituições e os reinvestimentos que se fizerem necessários;

6.7.19 Permitir a utilização, pelo Contratante/Poder Concedente, da infraestrutura da rede municipal de iluminação pública;

6.7.20 Instalar, operar e/ou manter os novos pontos de iluminação pública demandados pelo Contratante/Poder Concedente, conforme previsto neste Contrato;

6.7.21 Responsabilizar-se pela destinação, triagem, transporte, armazenagem, descarte e/ou aproveitamento da sucata e dos resíduos eventualmente originados durante o período da Concessão, inclusive aqueles decorrentes da logística reversa, observadas as normas técnicas pertinentes e os dispositivos das legislações federal, estadual e municipal aplicáveis e as exigências quanto aos licenciamentos e autorizações necessários para essa finalidade, inclusive as licenças ambientais, se aplicáveis;

6.7.22 Responsabilizar-se pela interlocução com terceiros, tais como órgãos públicos (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros etc.), Contratadas/Concessionárias de serviços públicos e empresas privadas (energia elétrica, água e esgoto, gás, telefonia, TV a cabo etc.) no intuito de liberar, isolar ou proteger áreas ou circuitos e gerenciar interferências na rede municipal de iluminação pública, visando ao correto desenvolvimento de todos os trabalhos previstos no objeto deste Contrato;

6.7.23 Promover, no processo de operação e manutenção, a substituição ou reparo de materiais e equipamentos para elidir todas as degradações e deteriorações parciais e/ou completas dos pontos de iluminação pública, inclusive nos casos de atos de vandalismo e outros desta espécie praticados por terceiros, identificados ou não;

6.7.24 Adotar as medidas necessárias para obter junto ao ente público estadual ou federal que detenha bens públicos no âmbito do município, autorização para a instalação e manutenção da iluminação de destaque e da iluminação especial nos referidos bens;

6.7.25 Recuperar, prevenir, corrigir e gerenciar eventual passivo ambiental relacionado à concessão que seja gerado posteriormente à data de eficácia, inclusive o passivo ambiental referente à destinação final dos equipamentos e bens utilizados nos serviços prestados e na exploração de atividades relacionadas;

6.7.26 Reparar, corrigir, interromper, suspender ou substituir, às suas expensas, em prazo razoável fixado pelo Contratante/Poder Concedente, as falhas ou defeitos verificados na prestação dos serviços;

6.7.27 Fornecer trimestralmente, até o dia 10 (dez) do próximo trimestre, ao Contratante/Poder Concedente relatório com as informações de utilização do saldo do banco de créditos para execução dos serviços complementares. O fornecimento trimestral deste relatório será dispensado caso a Contratada/Concessionária disponibilize em tempo real, via acesso online, tais informações para o Contratante/Poder Concedente;

6.7.28 Elaborar um caderno padrão com diretrizes, procedimentos e especificações técnicas dos materiais e equipamentos a serem utilizados na rede municipal de iluminação pública para que a implantação da iluminação pública por empreendedores ou por outros órgãos públicos siga os requisitos luminotécnicos e de eficiência da concessão previstos no Anexo 5 do Contrato, devendo ser dada ampla publicidade a tal documento;

6.7.29 Atualizar o cadastro nos casos previstos no contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias, salvo se outro prazo, maior ou menor, tiver sido estabelecido nos Anexos;

6.7.30 Encaminhar ao Contratante/Poder Concedente e à empresa distribuidora, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, relatório das atualizações do cadastro realizadas no mês anterior. O fornecimento mensal deste relatório será dispensado caso a Contratada/Concessionária disponibilize em tempo real, via acesso online, tais informações para o Contratante/Poder Concedente e para a empresa distribuidora;

6.7.31 Providenciar a integração do centro de controle operacional com o sistema de atendimento ao cidadão do município, de modo a viabilizar a interface entre seus canais de atendimento e tratamento de chamados com o serviço municipal de atendimento ao cidadão, observadas as condições e diretrizes previstas no Anexo 5 do Contrato.

## **6.8 Obrigações da Contratante específicas do objeto:**

Nos termos da Cláusula 21 do Contrato de Concessão, o Contratante/Poder Concedente deverá auxiliar a Contratada/Concessionária na prestação dos serviços, envidando seus melhores esforços e intervindo junto às autoridades competentes sempre que julgar necessário ou quando o contrato assim dispuser, realizando para tanto as atividades descritas abaixo, sem prejuízo de outras que entender pertinente:

6.8.1 Colocar à disposição da Contratada/Concessionária todos os documentos técnicos referenciais em sua posse que abranjam a rede municipal de iluminação pública;

6.8.2 Interceder junto às autoridades competentes e demais Contratada/Concessionárias, permissionárias e/ou autorizatárias que atuam na área da concessão no sentido de facilitar a execução dos serviços;

6.8.3 Interceder junto às autoridades competentes e demais Contratada/Concessionárias para que possam efetuar os serviços de poda de árvores, nos termos deste contrato;

6.8.4 Proporcionar livre acesso aos técnicos e prepostos da Contratada/Concessionária aos locais que estiverem sob o controle do Contratante/Poder Concedente, em que se encontrem instalados equipamentos destinados à execução dos serviços;

6.8.5 Informar à Contratada/Concessionária, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a implementação de eventuais projetos seus ou de terceiros que venham a ser de seu conhecimento e que possam interferir no objeto do contrato ou na prestação dos serviços pela Contratada/Concessionária;

6.8.6 Orientar e prestar informações e esclarecimentos que venham a ser necessários para operação dos serviços;

6.8.7 Acompanhar e avaliar a execução dos serviços, propondo melhorias e correções quando aplicável;

6.8.8 Quando solicitado pela Contratada/Concessionária, enviar, em prazo razoável, às autoridades competentes e demais Contratadas/Concessionárias, permissionárias e/ou autorizatárias que atuam na área da concessão, notificação para informar ou confirmar a legitimidade da Contratada/Concessionária para tratar com tais autoridades sobre assuntos relacionados com a prestação dos serviços;

6.8.9 Envidar todos os esforços necessários para auxiliar a Contratada/Concessionária na integração do centro de controle operacional aos canais de atendimento ao cidadão do município;

6.8.10 Envidar os melhores esforços para facilitar a obtenção de autorização, pela Contratada/Concessionária, para a instalação e manutenção da iluminação de destaque e da iluminação especial nos bens de propriedade de ente público estadual ou federal;

6.8.11 Contribuir, na medida de suas competências e observadas as normas cabíveis, para a aprovação de licenças, certidões, alvarás, autorizações e permissões municipais necessárias à prestação dos serviços, observadas as responsabilidades definidas no contrato; e

6.8.12 Envidar os melhores esforços a fim de possibilitar que a Contratada/Concessionária possa acionar eventuais garantias contratuais existentes, que ainda estejam válidas, junto aos fornecedores e/ou aos fabricantes dos pontos de iluminação pública iniciais instalados na rede municipal de iluminação pública na data de eficácia.

## **6.9 Das sanções:**

No caso da contratação, as sanções administrativas serão as mesmas dispostas na Lei nº 14.133/2021 e no Edital.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

7.1 Por se tratar de uma PPP, o pagamento à Contratada/Concessionária será variável vinculado ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato.

7.2 Para fins de pagamento, a Contratada/Concessionária remeterá ao Contratante/Poder Concedente e ao Verificador Independente (caso contratado pelo Contratante/Poder Concedente – previsto na Cláusula 26 do Contrato de Concessão), o relatório trimestral de indicadores, contendo a apuração do índice de desempenho geral relativo ao referido trimestre, e, se for o caso, a comprovação do cumprimento de marco da concessão no trimestre em referência.

## **8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:**

8.1.1 A proponente deverá atender aos requisitos dispostos nos itens 10, 11 e 12 do Edital de Concorrência.

8.1.2 Conforme previsto no preâmbulo do Edital de Concorrência, a licitante vencedora será a que apresentar o menor valor sobre a contraprestação mensal máxima de referência, a ser pago pelo Contratante/Poder Concedente à Contratada/Concessionária, tendo como finalidade a seleção de proposta mais vantajosa para a concessão dos serviços de iluminação pública no Município.

### **8.2 Exigências de habilitação e qualificação conforme estabelecidas no Edital de Concorrência.**

### **8.3 Da participação de consórcio:**

Será admitida a participação de empresas em consórcio, observados os requisitos legais e regras previstas no Edital.

## **9 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1 Conforme disposto no subitem 5.2 do Edital de Concorrência, a contratação tem como valor estimado o importe de R\$ 556.247.982,73 (quinhentos e cinquenta e seis milhões, duzentos e quarenta e sete mil novecentos e oitenta e dois reais e setenta e três centavos), considerando o valor limite de contraprestação mensal máxima de referência.

## **10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.10.1 Os valores para a presente contratação estão em conformidade com a previsão orçamentária da Contratante.

10.10.2 Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação, que estão discriminados junto ao documento "Requisição de Compras", parte do presente processo.

## **11. DA ASSINATURA ELETRÔNICA:**

11.1 - Considerando que assinatura dos instrumentos contratuais são realizados eletronicamente, mediante



login e senha, deverão o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica, de acordo com Instrução Normativa nº 183/2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.185/2023.

11.1.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar da licitação poderá(ão) providenciar seu cadastro, com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica, de acordo com o que estabelece a carta de serviços disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/>

11.2 - Após declarado vencedor o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 56.185/2023, sob pena de decair do direito de assinar o Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no edital.

11.2.1 - É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a criação de seu cadastro com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Aliceia Andresa Correa Ranno, Servidor(a) Público(a)**, em 25/09/2024, às 09:16, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Polidoro, Servidor(a) Público(a)**, em 25/09/2024, às 09:20, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ribeiro, Servidor(a) Público(a)**, em 25/09/2024, às 09:31, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Eloy Labatut de Oliveira, Servidor(a) Público(a)**, em 25/09/2024, às 09:41, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Sanches Silva, Servidor(a) Público(a)**, em 25/09/2024, às 10:03, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Reolon, Diretor (a) Executivo (a)**, em 25/09/2024, às 10:06, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Shana Roesler Paiva, Diretor (a) Executivo (a)**, em 25/09/2024, às 10:23, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Correia de Sa, Secretário (a)**, em 25/09/2024, às 10:24, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0022852232** e o código CRC **C52EB78A**.

---

---

Avenida Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguauçu - CEP 89221-005 - Joinville - SC -  
[www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br)

---

23.0.195295-3

0022852232v17